

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 537.635 - SP (2019/0298982-9)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
IMPETRANTE : ISAAC MINICHILLO DE ARAÚJO E OUTRO
ADVOGADOS : ISRAEL MINICHILLO DE ARAÚJO - SP092712
ISAAC MINICHILLO DE ARAUJO - SP094357
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : REGINALDO ANDRADE DOS SANTOS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de REGINALDO ANDRADE DOS SANTOS contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que indeferiu o pleito contido na Revisão Criminal n. 0039916-17.2018.8.26.0000.

Depreende-se dos autos que o paciente foi condenado, pela prática do crime tipificado no art. 157, § 2º, incisos I e II, por duas vezes, na forma do art. 70, *caput*, ambos do Código Penal, à pena de 10 anos e 6 meses de reclusão, em regime inicial fechado, e multa (e-STJ fls. 385/393).

Irresignada, a defesa interpôs o recurso de apelação perante a Corte local, pleiteando a absolvição do ora paciente por falta de provas.

Contudo, em sessão de julgamento realizada no dia 31/10/2013, a Quarta Câmara Criminal do TJSP negou provimento ao apelo defensivo, em acórdão assim ementado (e-STJ fl. 468):

Roubo qualificado - Palavra da vitima - Reconhecimento fotográfico na policia - Confirmação da identificação por foto em juízo - Negativa do réu isolada nos autos - prova segura e suficiente à condenação - Condenação mantida.

Roubo qualificado - Emprego de armas de fogo - Falta de apreensão e perícia - Irrelevância - Prova oral indicando a utilização dos objetos intimidadores, inclusive uma granada - Qualificadora mantida - Precedentes.

Roubo qualificado - Exasperação da pena base - Aumento superior ao mínimo na terceira fase da fixação da pena - Majoração que não derivou do simples número de qualificadoras - Inaplicabilidade da Súmula nº 44 do STJ

Roubo qualificado - Infração penal praticada mediante uma só

Superior Tribunal de Justiça

ação, mas que atingiu patrimônios de vítimas diversas - Crime único - Inocorrência - Concurso formal caracterizado - Recurso improvido.

Transitada em julgado, no dia 11/3/2014, a condenação, a defesa ingressou com pedido de revisão criminal, no qual o ora paciente "afirma que foi interrogado em juízo sem a presença de advogado; sustenta que a oitiva das testemunhas de acusação também foi realizada sem a presença de defensor constituído; aduz que o reconhecimento pessoal foi realizado por meio de fotografia, o que torna a prova duvidosa; aponta irregularidades na fase inquisitiva, sustentando que não estava acompanhado de advogado quando confessou a prática delitiva na delegacia; pede a sua absolvição, com fundamento na insuficiente de provas; postula o afastamento da causa de aumento de emprego de arma de fogo, ante a ausência de apreensão e perícia dos artefatos usados na prática do roubo" (e-STJ fl. 686).

Em sessão de julgamento realizada no dia 23/4/2019, o Oitavo Grupo de Direito Criminal do TJSP, por maioria de votos, indeferiu o pedido revisional, em acórdão assim ementado (e-STJ fl. 891):

REVISÃO CRIMINAL - REEXAME DE PROVAS - PEDIDO NÃO ENQUADRÁVEL NAS HIPÓTESES DO ARTIGO 621 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL - INDEFERIMENTO.

Indefere-se a revisão criminal que tem por escopo o reexame de provas constantes nos autos.

No presente *habeas corpus*, a defesa insiste na desconstituição do trânsito em julgado da condenação, alegando a nulidade absoluta do processo em razão das seguintes teses: réu interrogado pelo Juízo deprecado sem a presença de qualquer defensor; realização de audiências das testemunhas da acusação sem a presença de defensor regularmente constituído; violação ao direito do réu preso de participar das audiências, pessoalmente ou por videoconferência; precariedade do reconhecimento fotográfico.

Superior Tribunal de Justiça

Requer, liminarmente e no mérito, seja anulado o feito, *impondo-se que a instrução criminal deva ser realizada na presença de Defensor constituído ou nomeado e o réu ser interrogado na presença de Defensor* (e-STJ fl. 45).

É o relatório. **Decido.**

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos para se aferir a existência de constrangimento ilegal.

Noutro giro, numa análise perfunctória dos autos, ao que me parece, *Inviável na via eleita o exame de matéria em que implique incursão aprofundada no acervo probatório dos autos, máxime após seu trânsito em julgado. Precedentes* (HC n. 347.454/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, Quinta Turma, julgado em 10/10/2017, DJe de 17/10/2017).

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo deste *writ*.

Ante o exposto, **indefiro a liminar.**

Suficientemente instruído o feito, dispenso as informações de praxe.

Dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 03 de outubro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator

